

## **A extensão universitária como meio de transformação social e profissional**

*The university extension as a mean of social and professional transformation*

Maria S. S. Deslandes <sup>1</sup>; Álisson R. Arantes <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Campus Betim, Rua do Rosário 1.081, Bairro Angola, CEP 32604-115, Betim, Minas Gerais.

<sup>2</sup> Departamento de Sistemas de Informação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Betim. [alissonr@pucminas.br](mailto:alissonr@pucminas.br)

**Palavras-chave:** comunidade; transformação; aperfeiçoamento; universidade.

**Keywords:** community; transformation; improvement; university.

As práticas de extensão já fazem parte da vivência educacional há alguns séculos. Alguns autores apontam que a extensão universitária surgiu na Grécia, em suas primeiras escolas, outros afirmam que foi na Europa medieval, e há quem diga que ela é originária da Inglaterra em meados do século XIX. No Brasil, como informa Paula (2013), seu surgimento se deu no início do século passado, mais precisamente na Universidade aberta de São Paulo, em projetos abertos ao público. A extensão universitária é considerada um dos pilares do ensino superior no Brasil, que fomenta não somente a formação profissional e humanística, mas também a transformação social. De acordo com Teixeira (2015), no exterior também está firmada em projetos que visam não somente o desenvolvimento profissional do universitário mas também o desenvolvimento econômico e social. As atividades de extensão têm caráter de suma importância para o acadêmico provendo sua inserção na realidade cotidiana, política, social e econômica brasileira, e a participação direta na vivência com a comunidade em que este está inserido, ensejando um ciclo de transformação social. O presente trabalho é fruto de uma ação extensionista vinculada ao projeto de extensão “Inclusão.Betim.br – Da Inclusão Digital ao Descarte do Lixo Eletrônico”. Tem como objetivo discutir as possibilidades da extensão universitária como possível mecanismo de transformação dos diversos sujeitos envolvidos.

O presente texto foi elaborado através do método de pesquisa bibliográfica e documental, que se relaciona a informações quantitativas e qualitativas, referentes à extensão universitária, a instituições de ensino, alunos, professores e comunidade. Bem como a extensão universitária na Europa que é chancelada pelo que é chamado de Terceira Missão e o Processo de Bolonha, que vem sendo copiado também pelos Estados Unidos.

A extensão universitária no Brasil deu-se no início do século passado, porém os assuntos relacionados às questões políticas e sociais passaram a ser tratados após o decreto do “Estatuto da Universidade Brasileira” em 1931. A concepção da extensão na íntegra, só emergiu em 1960, quando surgem ações voltadas para as classes mais desfavorecidas. De lá pra cá muita coisa mudou e hoje a extensão universitária é considerada um dos pilares do ensino superior no Brasil, que fomenta não somente a formação profissional e humanística, mas também a transformação social. A extensão universitária no Brasil vem sofrendo mudanças ao longo da história, assim como as questões sociais e econômicas brasileiras sofreram transformações ao longo dos anos. Ou seja, o meio está inserido na formação curricular acadêmica, assim como a academia deve estar inserida no meio em que se encontra. A Lei de Diretrizes e Base da Educação (BRASIL, 2016), em seu capítulo IV, artigo 43, traz em sua letra a finalidade do ensino superior. Dentre os seus parágrafos pode-se destacar, a prestação de serviços especializados à comunidade e a formação de uma relação de reciprocidade, estimulando o conhecimento do mundo atual, em especial os problemas regionais e nacionais. Bem como, promover a extensão, aberta a comunidade, visando à multiplicação dos benefícios oriundos da pesquisa científica e tecnológica originadas na instituição. Claramente assim que as Instituições de Ensino Superior não só devem formar profissionais, mas devem incentivar e estender suas habilidades para além da faculdade, angariando mais conhecimento profissional e vivência social. Infelizmente, mesmo com a clareza da lei, muitas instituições não oferecem programas voltados a integração do aluno com a comunidade, como por exemplo, as práticas de extensão. Há ainda o problema da falta de conhecimento do aluno sobre o tema ou até mesmo a falta de interesse pelo assunto. Pensando nesta problemática, foram sancionados os Decreto Lei nº 7416, que trata da concessão de bolsas para fortalecer as atividades de ensino e extensão universitária e a Lei nº 12.881/12, que dentre outras disposições destacam-se, as características das chamadas ICES – Instituições Comunitárias de Educação Superior, que no artigo 1º, § 4º, lê-se: “As Instituições Comunitárias de Educação Superior institucionalizarão programas permanentes de extensão e ação comunitária voltados à formação e desenvolvimento dos alunos e ao desenvolvimento da sociedade”. O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), no que tange a educação superior traz as metas e objetivos que viabilizam o desenvolvimento de ações no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão, de maneira autônoma pela instituição. Este tripé é intrínseco à universidade, flexibilizando o currículo. Uma década depois, o governo retoma a discussão sobre a importância dos projetos extensionistas e mais uma vez cria

mecanismos para a implementação destes, como se aprecia o Plano Nacional de Educação, meta 2011 a 2020, enviado pelo Governo ao Congresso Nacional em dezembro de 2010, que esclarece: “Assegurar no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”. Como percebido o Brasil caminha, talvez a passos lentos, em busca da primazia da extensão universitária. “A graduação é um dos itens fundamentais para o mercado de trabalho, mas para muitos recém-graduados, insuficiente para começar a vida profissional”, é o informado em uma matéria divulgada pelo Ecaderno.com – Portal do conhecimento. Cerca de 70% dos jovens entre 18 e 30 anos, em pesquisa realizada em 6 capitais brasileiras em 2015, dizem não se sentirem preparados para enfrentar o mercado de trabalho. A prática é o maior aliado para o aperfeiçoamento da aprendizagem acadêmica, e os projetos de extensão ajudam a aprimorar o conhecimento adquirido ao longo da graduação, além de melhorar a autoconfiança, proporcionar o conhecimento profissional na área escolhida, melhorando o currículo e aumentando as chances para o mercado de trabalho. Neste mesmo contexto as empresas que recrutam trainees preferem aqueles que estiveram envolvidos com algum projeto de pesquisa e ou extensão, e que foram inseridos na comunidade, vivenciando e colocando em prática o seu aprendizado. Segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Mercado e Pesquisa de Opinião, a pedido da ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior, com redação de Rodrigues (2011), mostra que as instituições privadas incentivam mais os projetos de extensão do que a pesquisa, que é mais onerosa, em uma proporção de nove para cada dez instituições. As mesmas usam a extensão como forma estratégica de capacitação e aperfeiçoamento do currículo do estudante. Em nível nacional, os números apontados pela pesquisa, mostram que 106.204 profissionais e 1.054.521 alunos, estiveram engajados em extensão, atingindo mais de 18.462.207 pessoas beneficiadas pelos diversos projetos. Mas se considerarmos que na mesma época havia no Brasil cerca de 7.800.000 alunos matriculados no ensino superior, sendo que 5.900.000 em instituições particulares, verifica-se que menos de 20% dos estudantes do ensino superior que estão matriculados em uma instituição particular, que são as que mais oferecem este tipo de projeto, participam de algum projeto de extensão. Seja pela falta de divulgação por parte da instituição de ensino, seja por falta de informação ou de interesse do aluno, o que se percebe é que ainda há um grande número de universitários passando pelo “universo” acadêmico, sem fomentar o desenvolvimento do conhecimento adquirido, e o mais relevante, sem nenhuma introdução ao contexto social. Segundo Santos e Almeida Filho (2012), na Europa

muito se fala sobre a Terceira Missão, que se refere à conceituação da universidade que tem como base a consolidação das atividades sociais, de extensão e de inovação. Vinculando à instituição de ensino o papel de indutora do desenvolvimento econômico e social, e também promovendo mudança cultural e social que ganhou mais força com o Processo de Bolonha em 1999, documento assinado por representantes de 29, países europeus, na cidade de Bolonha na Itália, que marcou a mudança nas políticas relacionadas ao ensino superior destes países. Hoje o Processo conta com 45 países participantes, entre assinantes e não assinantes. Neste mesmo contexto seguem as políticas sobre educação nos Estados Unidos, que visam inovação e a qualificação dos estudantes, para o mercado de trabalho.

Esclarecida a tamanha importância dos projetos de extensão no âmbito educacional brasileiro, o objetivo desse trabalho é levar aos discentes e toda a comunidade acadêmica a concepção de práticas extensionistas como um efetivo e transformador instrumento de mudança social e aperfeiçoamento profissional, bem como buscar oportunidades junto às políticas públicas existentes voltadas para a educação e integração social, parcerias para futuros projetos. Deve-se divulgar os projetos de extensão existentes e incentivar o desenvolvimento de novos entre os alunos, mais especificamente, da PUC Minas em Betim, cientificando-os da importância da participação, e o valor agregado ao currículo acadêmico e a preparação para a vida profissional.

**FINANCIAMENTO:** Este trabalho é financiado pela Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, desenvolvido no âmbito do projeto de extensão de número 11386.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

---

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados: **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 13.ed. Brasília: Edições Câmara, 2016.

SANTOS, Fernando S.; ALMEIDA FILHO, Neomar de. **A quarta Missão da Universidade: Internacionalização Universitária na Sociedade do Conhecimento**. 1.ed. Coimbra: 2012.

TEIXEIRA, Pedro Nunes. **Extensão Universitária na Europa: A terceira missão**. Revista Brasileira de Extensão Universitária. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3069>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

RODRIGUES, Gabriel Mário. **Ensino, pesquisa e Extensão Universitária: ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior**. Disponível em: <<https://blog.abmes.org.br/?p=267>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceito e propostas** InterFaces Revista de Extensão da UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdTEIXEIRA>. Acesso em 11 jun. 2017